

# Um breve balanço

## ESTADO DE SÃO PAULO



### Desequilíbrio fiscal foi o grande fiasco de 1996 e é a maior ameaça para o futuro

**E**m dois anos de gestão, o governo FH produziu a sensação de que preparou ambiente, treinou instrumentos, esquentou turbinas, mas a decolagem ainda é tímida e limitada a escassas ações com resultados. Não quer dizer que trabalhou pouco ou que poderia ter feito muito mais do que fez. Esse não é um julgamento matemático, cientificamente mensurável, por isso vamos restringir nosso breve balanço a constatar o que foi feito até agora e o que há por fazer, à luz do programa de governo prometido pelo candidato, em 1994, e do ritmo tucano do estilo FH, que — outra constatação — não tem a pressa como fator e muito menos motor de mudanças.

Como atos com resultados foram poucos, começemos por eles. No campo social é possível enumerar em dedos de uma só mão os resultados positivos e, sem dúvida, estão concentrados na área da educação. O maior bem na área social, contestaria FH, foi a incorporação de uma parcela expressiva de pobres ao mercado de consumo, proporcionada pela queda brusca da inflação e a continuidade da redução da taxa ao longo de 1996. Não há como duvidar desse fato, ele é real. E mais do que as pesquisas do IBGE e do Ipea, a população antes excluída o comprova com alegria ao comprar um novo ferro elétrico. Essa incorporação, porém, foi decorrente da queda da inflação e não de uma política de governo específica e dirigida

para a área social, capaz de produzir mudanças estruturais.

A distribuição de renda proporcionada pela queda da inflação é transitória e tende a ser desperdiçada se não for acompanhada de ações concretas que permitam elevar o nível de educação do País, no sentido de criar e distribuir oportunidades para os que nunca as tiveram. Nessa linha, o Ministério da Educação agiu e uma das ações mais relevantes

até parceria algo banal não fosse o fato de vingar num país que, há décadas, acumula erros e vícios — sejam de interesses corporativos ou político-corruptos — difíceis de serem removidos. Trata-se de fazer chegar verbas e material escolar diretamente às escolas de milhares de municípios brasileiros, eliminando a intermediação de políticos, governadores e prefeitos. Outras iniciativas dirigidas à melhoria da qualidade dos professores e do padrão do ensino básico em escolas públicas complementam o programa do Ministério da Educação que, acertadamente, elegeu o ensino primário e fundamental como prioritário.

Ainda no campo social, o governo FH perdeu um ano e meio patinando em bate-boca com os sem-terra e só agora enviou projeto — e o Congresso aprovou — instituindo a cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural) sobre propriedades rurais improdutivas, o que pode exercer reflexos positivos sobre a reforma agrária. Já é um começo.

Anunciado por FH como a rendição do poder público diante da miséria, o Programa Comunidade Solidária teve um desempenho frustrante. A precária situação da saúde pública, o desparelhamento da polícia e uma infinidade de problemas cotidianos vividos pela população que depende dos serviços públicos federais mostram que o governo FH tem adiado o ataque à questão social e quase tudo está por fazer nos próximos dois anos de mandato.

Diferente do social, foi o plano econômico que monopolizou os esforços do governo nesses dois anos. Inflação — a melhor surpresa de 96 — mais baixa do que o esperado; avanços inquestionáveis nas privatizações, inclusive estatais (a exceção é o setor de telecomunicações); dívidas históricas do governo federal (os esqueletos) com solução definida; recuperação da confiança do investidor estrangeiro no País; bancos estatais e rombos financeiros dos estados encaminhados; aperfeiçoamento das instituições que regulam a livre concorrência na economia; abertura comercial que forçou empresas a reduzir custos, aumentar produtividade e modernizar maquinário.

Essas são algumas das histórias de sucesso contadas nesses dois anos de Real. Sucesso relativo, à medida que se encontram no estágio de pavimentar e abrir caminho para realizações futuras. Com exceção da contínua queda da taxa de inflação, a privatização e salto de qualidade da indústria privada, todo o resto não passa de intenção, a decolagem ainda está por acontecer.

O Real também coleciona insucessos no campo econômico. O mais dramaticamente sentido pelo trabalhador é o desemprego, decorrente

não apenas do fenômeno da globalização — como por vezes quer convencer o governo — mas também da abertura da economia à concorrência estrangeira. É certo que a abertura produziu benefícios em preços ao consumidor e recuperação do longo atraso tecnológico. Como ocorreu, porém, em todos os países que abriram suas economias, provocou desemprego em setores industriais onde o Brasil tem desvantagens comparativas com o Exterior.

Da abertura decorreu outro problema inevitável: o desequilíbrio das contas externas. Os sucessivos déficits da balança comercial até podem ser compensados com o ingresso de divisas em investimento direto, inclusive futuras privatizações nas áreas elétrica e de telecomunicações, mas é muito preocupante a persistente incapacidade de reação das exportações.

Por fim, o desequilíbrio fiscal foi o grande fiasco de 1996. No início do ano o governo confiava que o déficit público operacional não ultrapassaria 2% do PIB e 1996 deve terminar com mais do que o dobro disso. É certo que custos como a solução dos esqueletos e os gastos com o Proer não constavam das projeções iniciais. Da mesma forma, a equipe econômica subdimensionou a grave crise financeira vivida pelos Estados e as despesas com juros da dívida pública. Tudo isso junto resultou num superdéficit fiscal e a sensação de que o governo controlou e distribuiu mal seus gastos em 96. Esse não é apenas o maior fiasco, mas a pior ameaça ao Real.

Quanto aos próximos dois anos de mandato, não há dúvida que o País vai se defrontar com dois cenários diferentes: com ou sem reeleição de FH.